

As Negociatas de Luís Montenegro e os Negócios Paralelos enquanto Primeiro-Ministro

Publicado em 2025-03-08 11:01:43



Nos últimos dias, Portugal tem sido confrontado com mais um escândalo político de proporções preocupantes, desta vez envolvendo o primeiro-ministro Luís Montenegro e a sua empresa familiar, a **Spinumviva**. A revelação de contratos lucrativos com empresas privadas, como a Solverde e a Rádio Popular, trouxe à tona sérias questões sobre conflitos de interesse, transparência e ética na política.

A Empresa Familiar do Primeiro-Ministro

A **Spinumviva**, empresa da família de Montenegro, tem como principal atividade a consultoria na área da proteção de dados. O problema surge quando se descobre que, mesmo depois de Montenegro assumir o cargo de primeiro-ministro, a empresa continuou a receber **avênças mensais generosas de empresas privadas**, algumas delas com interesses que podem ser influenciados pelo governo.

A primeira grande revelação veio da **Solverde**, uma empresa de casinos e apostas online, que confirmou ao *Expresso* estar a pagar **4.500 euros por mês** à Spinumviva. Pouco depois, descobriu-se que outra grande empresa portuguesa, a **Rádio Popular**, também tem um contrato com a empresa familiar de Montenegro, mas **recusa divulgar os valores pagos**.

Conflito de Interesse e Falta de Transparência

Embora Montenegro tenha passado a empresa para os filhos e para a esposa antes de tomar posse, o facto de ele próprio ter sido responsável pela angariação destes clientes **levanta suspeitas sobre um possível tráfico de influência**. Além disso, a continuidade destes contratos enquanto ele ocupa o cargo mais alto do governo coloca **em causa a separação entre os interesses privados e a função pública**.

A pergunta que se impõe é: **Será aceitável que um primeiro-ministro mantenha, ainda que indiretamente, negócios privados com empresas que podem ser impactadas pelas decisões do governo?**

A Recusa da Rádio Popular em Divulgar Valores

O caso agravou-se quando a **Rádio Popular, uma das maiores cadeias de eletrónica de Portugal**, se recusou a divulgar quanto paga mensalmente à Spinumviva. Essa falta de transparência apenas **aumenta as suspeitas** sobre a verdadeira dimensão do esquema.

Se tudo estivesse dentro da mais estrita legalidade e ética, qual seria o problema em divulgar os valores? Porque razão uma empresa privada hesitaria em tornar público um contrato de consultoria com uma empresa privada?

A Estratégia de Defesa de Montenegro

Diante das acusações, Montenegro adotou a habitual estratégia de **negar qualquer ilegalidade**. O primeiro-ministro insiste que **tudo foi feito dentro da legalidade e que não há qualquer conflito de interesses**. No entanto, a legalidade nem sempre significa moralidade.

Além disso, é difícil não estabelecer paralelismos entre este caso e outros **escândalos de corrupção que têm assolado a política**

portuguesa, onde negócios aparentemente legais escondem relações pouco transparentes entre governantes e grandes interesses privados.

O Padrão de Políticos que Enriquecem no Poder

Este caso reforça uma dura realidade: **Portugal tem uma classe política que enriquece enquanto está no poder, acumulando fortunas em poucos anos**. Tal como apontado por figuras como **Maria José Morgado**, esta cultura de **impunidade, nepotismo e tráfico de influências** tem mantido o país num ciclo de pobreza e estagnação.

A ligação promíscua entre políticos e negócios não é nova. Muitos governantes saem da política diretamente para **cargos de administração em grandes empresas**, colhendo os frutos das decisões que tomaram enquanto estavam no governo. Montenegro, ao manter negócios indiretos enquanto ainda está no poder, pode estar a inaugurar uma nova fase dessa prática: **enriquecer sem sequer precisar de sair do cargo**.

Conclusão: Um Governo em Crise de Credibilidade

Este escândalo coloca o governo de Montenegro numa posição difícil. O primeiro-ministro, que chegou ao poder prometendo transparência e ser um contraponto à governação socialista de António Costa, vê-se agora **enredado em suspeitas idênticas ou até mais graves**.

A questão central não é apenas a legalidade, mas sim a **moralidade e a ética na política**. Um primeiro-ministro deve **garantir que não existem dúvidas sobre a sua integridade**, em vez de se escudar numa suposta legalidade para justificar negócios duvidosos.

Se Montenegro **não esclarecer cabalmente** todas as suspeitas, o seu governo pode ficar irremediavelmente fragilizado. E mais uma vez, **os portugueses assistem a um triste espetáculo de governantes que parecem mais interessados nos seus negócios do que em governar o país**.

[Francisco Gonçalves](#)

Créditos para IA e DeepSeek (c)